



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

CENAS DE GÊNERO E HETERONORMATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: entre permanências e mudanças

ESCENAS DE GÉNERO Y HETERONORMATIVIDAD EN LA EDUCACIÓN INFANTIL:
entre permanencias y cambios

GENDER SCENES AND HETERONORMATIVITY IN EARLY EDUCATION:
between permanences and change

Cássia Cristiane Lopes de Almeida.
Universidade Federal de São Carlos/Sorocaba
kakristiane@gmail.com

Viviane Melo de Mendonça
Universidade Federal de São Carlos/Sorocaba
viviane@ufscar.br

Resumo: Esse artigo analisa cenas e discursos de gênero heteronormativos na Educação Infantil. A perspectiva metodológica qualitativa partiu das memórias de professora-pesquisadora e também de entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da educação, professoras, auxiliares de educação e gestoras/es na Educação Infantil. Observou-se como tais profissionais reproduzem em suas práticas pedagógicas e em seus discursos, o binarismo de gênero e representações heteronormativas para o controle dos corpos infantis. Por outro lado, também revelou-se como procuram refletir e abraçar as mudanças de suas práticas pedagógicas, em busca de formação continuada. Conclui-se destacando a necessidade de fomento para formação continuada de docentes em gênero e sexualidade e de novas pesquisas que explorem estas questões de um ponto de vista interseccional na Educação Infantil.

Palavras-chave: Gênero. Heteronormatividade. Educação Infantil.

Resumen: Este artículo analiza escenarios y discursos de género heteronormativos en Educación Infantil. La perspectiva metodológica cualitativa surgió de las memorias del docente-investigador y también de entrevistas semiestructuradas realizadas a profesionales de la educación, docentes, auxiliares educativos y directivos en Educación Infantil. Se observó cómo estos profesionales reproducen, en sus prácticas pedagógicas y en sus discursos, el binarismo de género y las representaciones heteronormativas para el control de los cuerpos de los niños. Por otro lado, también reveló cómo buscan reflexionar y abrazar cambios en sus prácticas pedagógicas, en busca de una formación continua. Concluye destacando la necesidad de promover la formación continua de docentes en género y sexualidad y nuevas investigaciones que exploren estas cuestiones desde un punto de vista interseccional en la Educación Infantil.

Palabras clave: Género. Heteronormatividad. Educación Infantil.



Abstract: This article analyzes heteronormativity gender scenes and discourses in Early Childhood Education. The qualitative methodological perspective came from the memories of the teacher-researcher and also from semi-structured interviews carried out with education professionals, teachers, education assistants and managers in Early Childhood Education. It was observed how these professionals reproduce, in their pedagogical practices and in their speeches, the gender binarism and heteronormativity representations for the control of children's bodies. On the other hand, it also revealed how they seek to reflect and embrace changes in their pedagogical practices, in search of continued training. It concludes by highlighting the need to promote continued training of teachers in gender and sexuality and new research that explores these issues from an intersectional point of view in Early Childhood Education.

Keywords: Gender. Heteronormativity. Early Childhood Education.

1. Introdução

Desde o nosso nascimento, somos inseridos em distintas esferas sociais, onde nos deparamos com discursos e práticas que vão nos constituindo, nos afirmando e constroem delimitando o que é normal e o que não é, impondo-nos regimes de verdades, estereótipos, práticas machistas, sexistas e homofóbicas. Mas sabemos que as identidades, o gênero e a sexualidade estão em constante transformações (ROVERI, 2019).

Gênero nos permite questionar o discurso patriarcal que foi naturalizado nas desigualdades entre homens e mulheres, demonstrando que são construções culturais de dominação e poder dos homens sob as mulheres, permitindo aprofundar reflexões sobre como as relações vão se estabelecendo de maneira desigual, desde a pequena infância (FERNANDES; FINCO, 2022).

A perspectiva sociocultural nos permite olhar as formas de controle do corpo infantil, que é um processo social e cultural que muitas vezes é permeado de formas sutis. Ou seja, as características que são tradicionalmente masculinas ou femininas são resultado dos esforços diversos que distinguem estes copos, seus comportamentos e habilidades de meninas e meninos (FINCO, 2015). São os homens e as mulheres que educam as crianças definindo em seus corpos as diferenças de gênero.

O tema gênero na escola, principalmente com ênfase na educação infantil, tem sido demonizado pelos que o chamam de “ideologia de gênero” em um espectro político-religioso (ALMEIDA, 2020). Essa tal “ideologia de gênero”, segundo seus críticos, propagaria nas escolas, de modo doutrinário, a intenção de levar crianças e adolescentes a uma sexualização precoce, a orientações sexuais não heteronormativas - homossexuais, bissexuais - e à transgeneridade. A influência desses movimentos antigêneros, defendendo uma pretensa “escola sem partido”, neutra e apolítica, vem trazendo:



[...] vários interditos ao trabalho docente, sendo notável a presença marcante de algumas pautas proibidas: gênero e sexualidade, relações étnico-raciais, diversidade religiosa, direitos humanos. Apoiando-se na ideia ultraliberal de que o interesse privado e a religião das famílias (seus proponentes são evangélicos neopentecostais) deve se sobrepor aos interesses públicos (como a convivência social com o diferente em um estado laico e democrático), o Escola sem Partido impede a construção dos valores necessários a uma convivência democrática e ao combate de toda forma de valores preconceituosos (VIÉGAS; GOLDSTEIN, 2017, p. 10-11).

Neste sentido, este artigo tem como base uma pesquisa¹ que buscou contribuir para demonstrar os argumentos falaciosos dos movimentos antigêneros na escola. Enseja engendrar novas construções de realidade em um processo que se inicia com estudos e pesquisas, não buscando hierarquizar as relações, mas sim torná-las igualitárias, em uma prática educativa em ambientes escolares e não escolares como forma de libertação, transgressão e emancipação. A educação desacorrenta e contribui com a libertação de pessoas para novas concepções de vida e de mundo.

O objetivo foi compreender se e quando as representações de gênero e a heteronormatividade interferem na atuação de professoras, auxiliares de educação, gestoras/es e funcionárias/os que trabalham na Educação Infantil. Discorremos sobre memórias de cenas e discursos de gênero cotidianas, colhidas ao longo da experiência de uma das autoras, enquanto professora de Educação Infantil. Estas memórias foram anotadas em um caderno de campo e denominadas “Memória de uma Professora-pesquisadora”. São memórias de cenas e discursos que pareciam controlar os corpos das crianças de acordo com os valores sociais e culturais das representações de gênero e da heteronormatividade.

Além das memórias, foram entrevistadas cinco professoras de Educação Infantil, que lecionam em creches municipais do interior de São Paulo. As entrevistas semiestruturadas partiram das seguintes indagações: “Educadoras/es separam fila de meninos e meninas? Ao levarem os infantes ao banheiro, deixam as crianças utilizarem o masculino e feminino ou as separam por gênero? Os brinquedos são distribuídos à vontade ou há seleção de ‘brinquedos para meninos’ e ‘brinquedos para meninas’?”. Há divisão de atividades por gênero? Há discursos heteronormativos?

As entrevistas e memórias foram posteriormente analisadas na perspectiva das práticas discursivas e produção de sentido (SPINK, 2010), que se constituiu como uma análise ativo-dialógica que relaciona as transcrições com os referenciais teóricos e também com seu contexto de produção. Os discursos e cenas colhidos ao longo da pesquisa foram,

¹ Este artigo é parte dos resultados da dissertação de mestrado, realizada com profissionais de Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba, defendida um Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) – campus Sorocaba.



portanto, analisados a partir dos referenciais teóricos de gênero e heteronormatividade. Espera-se que os resultados apresentados contribuam para a formação docente e para a prática de uma Educação Infantil que respeite as diferenças.

2. Gênero e heteronormatividade na Educação Infantil

Para Berenice Bento (2011), há uma tecnologia de gênero que produz corpos de acordo com o sexo biológico. Ela afirma que, assim que o médico confirma o sexo da criança através da ultrassonografia, inicia-se a produção de gênero. Quando o médico diz que é um menino, já se cria uma expectativa em torno daquele corpo de menino.

[...] é através das práticas, de uma interpretação em ato das normas de gênero, que o gênero existe. O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estatística definida como apropriada. São esses sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Essas infundáveis repetições funcionam como citações e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza (BENTO, 2011, p. 553).

Nota-se que essas diferenças de homem e mulher, feminino e masculino são uma construção histórica e não um dado biológico. Para Louro (1995), ao romper-se com essa lógica binária das oposições entre os gêneros, uma outra lógica e novas questões surgirão, colocando em dúvida esta posição hierárquica das relações.

Se tal diferença é construída social e historicamente, é possível reescrever a história, ouvindo e dando visibilidade às mulheres, travestis e transexuais, educando desde a primeira infância para a igualdade de gênero, pois essas formas idealizadas de gênero, de acordo com Bento (2011), geram hierarquia e exclusão.

A heteronormatividade, por outro lado, é o conjunto de normas heterossexuais, como o conceito já enuncia. Bento (2011) relata que, ao nascer, os sujeitos deparam-se com todas as estruturas sociais e culturais já funcionando. Essa estrutura determina o certo e o errado, o normal e o patológico. Ou seja, assim que se nasce, já se é contaminado pelos aspectos culturais preexistentes. Por exemplo, uma criança que sempre recebe bonecas para cuidar, amamentar, recebe fogões e panelinhas - que geralmente são cor-de-rosa - já está sendo preparada através dessas normas de gênero para ser passiva, cuidadosa e bondosa. Já o menino recebe revólveres, carros, bolas e tantos outros brinquedos que remetem à competição, além de exigirem esforços mentais e corporais. É a fabricação do corpo masculino, que está sendo preparado para a esfera pública. Esta fabricação de corpos a partir dos gêneros hegemônicos educa desde cedo para a heterossexualidade, e muitas vezes isso é realizado de forma violenta. Bento (2011) descreveu esta prática nas escolas como heteroterrorismo.



A escola também reproduz esses discursos. O currículo escolar está impregnado de dimensões heteronormativas, tais como práticas de controle, vigilância dos corpos e o gerenciamento das fronteiras heteronormativas. Isso tudo classifica, hierarquiza, traz privilégios e marginalizações, causando desigualdades a todos e todas, comprometendo ainda o direito à educação de qualidade. Esse conjunto de normas e valores nas práticas cotidianas exclui pessoas que não se enquadram nessa matriz heterossexual, e são frequentemente xingadas, insultadas por meio de piadas, ridicularizadas, excluídas e muitas vezes ameaçadas verbal e fisicamente no ambiente escolar (JUNQUEIRA, 2013).

Junqueira (2013) afirma que a existência é plural, dinâmica e multifacetada de masculinidades e feminilidades. Porém, para ele, ao percorrer os corredores escolares, nota-se que os espaços e práticas pedagógicas são divididos pelo binarismo de gênero. São atividades, jogos, objetos, atitudes, espaços, cores consideradas masculinas ou femininas que não são atribuídos indistintamente. São classificados, distintos e hierarquizados e a distribuição é binária. Estes atos são considerados naturais. A heteronormatividade é uma violação dos direitos humanos, que gera preconceito, discriminação e violência contra homossexuais, deixando-as/os sem seus direitos básicos de cidadania, e isso se agrava ainda mais quando se trata de transgêneros (JUNQUEIRA, 2013).

Para Junqueira (2013), o heterossexismo e a homofobia não são casos isolados nas escolas, mas sim uma herança, pois a heteronormatividade está prescrita no currículo e no cotidiano das instituições educacionais. A escola tanto consente quanto promove a homofobia e o heterossexismo. Tanto os meninos, quanto as meninas vão construindo uma identificação de gênero, muito em função das práticas discursivas verbais e não verbais (FRÓIS, 2020). Junqueira (2013), relata que é preciso, antes mesmo de se falar em respeito às diferenças, questionar esses processos sócio curriculares e políticos. Ou seja, não basta denunciar o preconceito, mas é preciso desestabilizar essas heteronormas que são marginalizadoras. Diante deste contexto, a pergunta que se coloca é: como estas heteronormas se configuram na educação infantil?

3. Cenas e discursos heteronormativos e de gênero na Educação Infantil

Compreende-se que a Educação Infantil é um espaço sociocultural e que traz diferentes identidades que se encontram e confrontam. É um lugar que pretende educar visando o respeito às diferenças. É de extrema importância problematizar a educação dos meninos e meninas desde a Educação Infantil, estar atentos/as à promoção de uma prática educativa não discriminatória desde a primeira infância. (FINCO; GOBBI; FARIA, 2015).



A Educação Infantil é garantida pela Constituição Federal de 1988, pelo seu artigo 208, inciso IV, que estabelece que é dever do Estado a garantia de “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 2016). O artigo 227 é mais abrangente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2016).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996), em seu artigo 29, traz a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. No artigo 30 da LDB, fica clara a divisão entre creche (atendimento de crianças de 0 a 3 anos) e pré-escola (atendimento de crianças de 4 e 5 anos) (BRASIL, 1996). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil também trazem que a criança é um:

[...] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

Sendo assim, verifica-se a importância de se trabalhar as relações de gênero desde a pequena infância, pois, de acordo com as Diretrizes e os Estudos de Infância, é nessa relação cotidiana que as crianças estão construindo suas identidades.

As diferenças entre meninas e meninos são introduzidas desde a primeira infância, por isso se ressalta a importância destas pesquisas. Não se pode, por exemplo, afirmar que é natural meninos preferirem carrinhos e meninas preferirem bonecas. Há uma construção social e cultural desde o nascimento das crianças baseada em seu sexo biológico, como apontam os estudos de gênero e infância. Bento (2011) exemplifica ações cotidianas que parecem naturais, mas, na verdade, são transmitidas pelos adultos às crianças, por medo da homossexualidade:

Hegemonicamente, o gênero e a sexualidade se expressam unidos. As “confusões” que uma criança faz ao misturar os dois mundos (o masculino e o feminino) são interpretadas pelo olhar atencioso das instituições, com o indicador de uma homossexualidade latente. Nessa hora, entra o controle produtor: “Isso não é coisa de menino/a!”. Controle produtor porque produz masculinidades e feminilidades. Passamos a interiorizar essas verdades como se fosse uma pele, algo que está conosco desde sempre, o que nos faz esquecer os inúmeros, cotidianos, reiterados “ensinamentos”: a sexualidade normal e natural é a heterossexualidade (BENTO, 2011, p. 552).



Essa educação binária, como visto, é introduzida desde o nascimento. Na escola, quando estão longe do crivo familiar, algumas crianças ignoram as normas de gênero, porém, como observado no trabalho de campo, quando elas são “flagradas” há uma autocensura imediata, apesar de um certo acolhimento da professora.

Por exemplo, um aluno foi visto pela professora brincando de boneca e, quando ele percebeu que a professora havia visto, atirou a boneca longe, ou seja, naquele espaço ele podia transgredir os estereótipos de gênero, desde que não fosse flagrado. O pai dessa criança delimitava as cores “femininas e masculinas”, bem como os brinquedos. Essa criança provavelmente internalizou que bonecas são “brinquedos de meninas”. A professora disse que contornou a situação explicando que não tinha problema meninos brincarem de boneca, pois os pais também cuidam dos filhos, cozinham, lavam louça e que essas coisas são apropriadas para os homens também (Hortência², Entrevistada em 08/2020).

Os estudos de gênero e infância demonstram como as crianças são submetidas às expectativas dos adultos (VIANNA; FINCO, 2009). É preciso reconhecer que esse comportamento é reforçado na Educação Infantil (PEREIRA; OLIVEIRA, 2016), pois os adultos que lá estão possuem essa visão estereotipada das normas de gênero, reproduzindo-as na educação. Constata-se isto neste discurso:

Discurso: Woody e Betty

O assunto no HTPC (horário de trabalho pedagógico coletivo) neste dia foi sobre a fotografia das crianças. Em várias datas, a fotógrafa vai com fantasias, normalmente separadas por gênero. Essas fotos são vendidas aos pais e mães, para arrecadar dinheiro para a escola. Uma das professoras relata que desta vez, tanto meninos quanto meninas foram fotografadas com a fantasia do personagem Woody do Toy Story. A questão delas era: - Por que não fantasiaram as meninas com a fantasia da personagem Betty? (Caderno de Campo, 2019).

Percebe-se neste questionamento “Por que não fantasiaram as meninas com a fantasia da personagem Betty?” que as professoras possuem uma concepção binária de gênero. Aparentemente, é muito comum as meninas se fantasiarem com roupas delicadas, de princesas, e os meninos se fantasiam de super-heróis, com fantasias que remetem à força, velocidade, etc. É tão “normalizado” o binarismo de gênero até mesmo nas instituições educacionais que, quando isto não ocorre, causa um estranhamento. Ouve-se relatos de professoras sobre famílias que se recusaram a comprar fotos das meninas que se fantasiaram de Woody, mas que, ao mesmo tempo, ficaram indignadas com a “falta de opção para meninas”. Esse discurso binário de gênero é recorrente na Educação Infantil. Há professoras que, inclusive, separam mesas com meninas e mesas com meninos, pois, a partir da pré-escola, as crianças sentam em grupos de cinco, seis crianças.

² Hortência e todos os outros nomes das entrevistadas são fictícios para que se mantenha o anonimato na pesquisa.



Pesquisas demonstram que a escola, neste caso especificamente creches e pré-escolas, atua como ambiente que propaga essas aprendizagens. Esses comportamentos impostos desde a infância vão criando comportamentos distintos de feminilidade e masculinidade (PEREIRA; OLIVEIRA, 2016). Pesquisas sobre gênero e educação demonstram que as instituições escolares possuem regimentos, organizam os espaços, distribuem o tempo, a partir de normas e padrões estabelecidos de gênero (FINCO, 2003). Sendo assim, a Educação Infantil tem um importante papel na construção dos estereótipos de gênero. Bento (2011) a escola é “uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funcionando como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora de heterossexualidade” (p. 555).

Percebeu-se durante a pesquisa, em específico na jornada como professora-pesquisadora na Educação Infantil, que esses discursos de gênero estão presentes entre professoras e auxiliares de educação. Quando as crianças desobedecem às normas de gênero, são severamente julgadas. Em uma conversa com colegas de trabalho, foi presenciado este discurso, onde o(a) professora-pesquisadora fez uma intervenção para problematizar esta questão:

Discurso: Menino com esmalte

A professora comenta que outro dia seu aluno apareceu com esmalte. Ela diz: - Provavelmente ele vê a mãe de esmalte e ela passa nele também. Percebo um tom de reprovação, mas sigo atenta ouvindo, e ela continua: - Outro dia um menino veio de brinco de argola e enroscou no alambrado do tanque de areia. É perigoso! Aí, questiono: - Mas se fosse uma menina de brinco? E as meninas, usam esmaltes? Fica um silêncio e ela desconversa.
(Caderno de Campo, 2019 – Sorocaba).

Nota-se neste discurso que a professora reproduz em sua fala os estereótipos de gênero num tom de reprovação à mãe da criança, que passou esmalte em um menino. As transgressões de gênero não são encaradas com normalidade. Pelo contrário, causa espanto, repulsa. Meninos utilizando esmaltes? Brincos? Fica implícito neste questionamento: como os pais e mães permitem isso? É o pânico da homossexualidade e da transexualidade.

As pessoas parecem não perceber que brinquedos e objetos não têm em si gênero, que isso é uma construção histórica, social e cultural que orienta o que é permitido ou não desde a infância. Desde então, tudo que é visto, vivenciado e construído é pautado neste olhar binário de gênero, como se não houvesse outras possibilidades de se viver.

Para Freitas *et al.* (2018, p. 247), existe uma “vigilância em torno da fabricação dos corpos, gênero e sexualidades”, sendo uma prática aplicada cotidianamente para manter a heteronormatividade vigente. Percebe-se isso constantemente no cotidiano da Educação



Infantil, observa-se que isto é tão “normal” neste espaço que, quando se foge do binarismo de gênero, ocorre estranhamento das pessoas ao redor. Esta cena aconteceu em uma sala na qual a professora-pesquisadora lecionou:

Cena: Menino brincando de salão de beleza

Neste ano eu estava com uma turma de creche 3, com crianças de 3 a 4 anos de idade. Por diversas vezes, deixo-os brincando livremente. Neste dia, numa sexta-feira, as crianças trazem brinquedos de casa.

Uma das meninas trouxe maquiagem para brincar de salão de beleza. Nesta idade, percebo que as crianças já dividem brinquedos por gênero e muitas vezes eu ouço: - Não brinca com isso, porque é de menina!

Aí eu digo: - Aqui cada um brinca com o que quer, não tem isso de brinquedo de menino ou menina!

Neste dia, um aluno senta no banco, coloca a cabeça para trás, para que a amiga o maquiasse. Neste momento, a estagiária me cutuca e mostra a cena. Provavelmente ela achou que eu o reprovava, afinal um menino estava passando batom.

Pergunto ao garoto: - Tá brincando de salão, fulano?

Imediatamente, num susto, ele pula da cadeira passando o braço na boca para tirar o batom.

Sorriso e falo: - Não tem problema, pode brincar (Caderno de Campo, 2019).

Esse aluno que passa o batom, brincando com as meninas, era uma criança que era vista como “afeminada” na escola. Foi possível presenciar vários comentários do tipo: “Fulano tá na sua sala, né? Ele adora brinquedos de meninas. Você já viu o jeitinho dele?” Provavelmente esta estagiária que trabalhava junto à professora-pesquisadora ouvia e concordava. Por isso a cena lhe chamou a atenção e ela a “cutucou”. Talvez tenha pensado que a cena seria reprovada. Quando a criança foi perguntada: “Tá brincando de salão, fulano?” E imediatamente ele passa o braço para retirar o batom, é porque ele já tem internalizado que existem coisas permitidas e proibidas para meninos e meninas. Constatou-se o brilho em seus olhos quando a professora-pesquisadora não o desaprovou.

Percebe-se que as auxiliares de educação e professoras levam estes conceitos heteronormativos e binários de gênero para a Educação Infantil. Isso tem grande influência na educação das crianças, que muitas vezes já vivenciam isto em seus lares, e a creche/pré-escola reforçam estes conceitos. Observa-se isso a seguir:

Discurso: Menino brinca de boneca e bolsa rosa

Neste início de ano letivo, passo com as crianças pelo corredor da creche e uma auxiliar me fala, apontando para meu aluno:

- Esse aí, adora brincar de boneca e vive brincando com uma bolsinha rosa. Ano passado, tivemos que esconder a bolsa dele, porque ele brigava com as meninas por causa dela. Na sua sala ele não tá fazendo isso?

Respondo: - Na minha sala as crianças brincam do que quiserem.

Ela continua: - Agora ele vai ficar feliz, ainda mais que a mãe está grávida de novo e é de uma menina, agora vai ter boneca a rodo pra ele brincar. (Caderno de Campo, 2019).



Percebe-se um ar de reprovação na fala da auxiliar de educação quando relata que o menino: “Adora brincar de boneca e vive brincando com uma bolsinha rosa. Ano passado, tivemos que esconder a bolsa dele, porque ele brigava com as meninas por causa dela. Na sua sala ele não tá fazendo isso?” Nesta fala, a auxiliar de educação dá a entender que o menino já tem “trejeitos”, pois desde pequeno só gosta de coisas tidas como de meninas. É comum ouvir falar desta criança, desde que frequentava a creche.

Ela constata que isso será inevitável, até porque agora sua mãe está grávida, ou seja, terá brinquedo de meninas na casa. Sabe-se que essa família, principalmente o pai do menino, não dá liberdade de escolhas a ele. Por isso, quando ele vai à escola, tenta de todas as maneiras romper com esses estereótipos de gênero. Mas será que em todas as salas de referência ele poderá brincar livremente? Quando frequentou a turma desta auxiliar que escondia a bolsa dele, já percebeu que ela o proibia. Até quando as crianças não serão tratadas como seres livres e sujeitos de direitos?

Nota-se uma relação que, baseada na assimetria que se estabelece na interação entre adultos e crianças, acaba inserindo as crianças em (hetero)normativas, que são “verdadeiras mordanças na constituição das subjetividades” (FREITAS *et al.*, 2018, p. 249).

Para Seffner (2013), é importante construir uma referência inclusiva nas instituições educacionais, pois historicamente a escola foi marcada pela homogeneidade. Quando se fala tanto em inclusão quanto em respeito às diferenças, nota-se que há uma unanimidade à diferença das pessoas com deficiência física. Quando se trata destes casos, mesmo sabendo que terão desafios, educadoras/es defendem a inclusão e afirmam que essas crianças ou jovens não têm culpa por possuírem a deficiência, o que não acontece quando se trata de um menino que deseja se vestir de menina, que não gosta de futebol, ou quando uma menina tem afeição por outra menina; estes alunos/as são excluídos por trazerem perturbação ao local (SEFFNER, 2013).

Seffner (2013) qualifica isso como “pânico moral”, pois, assim como na sociedade, que possui valores morais e religiosos, a escola também reflete esses valores:

Se Rafael, numa classe de educação infantil, certo dia, na hora de escolher uma fantasia, enfiou-se num vestido, a professora já percebe aí o primeiro passo em direção à homossexualidade e o pânico se instala. Fica-se na obrigação de intervir, porque todos sabem que “é de pequeno que se torce o pepino”. [...] Os conceitos que estruturam as ações dos programas de valorização da diversidade e de combate à homofobia estão situados num campo de luta. (SEFFNER, 2013, p. 149).

A escola é o local onde acontece a experimentação do ser homem e ser mulher. Como visto anteriormente, esses atributos de feminilidade e masculinidade já são impostos desde o nascimento da criança, a escola acaba reforçando as normas que regulam o que é permitido para cada gênero. Isso é observado nesta cena:



Cena: Rosa x Azul

Era o horário do sono das crianças na creche, que já estavam se ajeitando sozinhas para dormir. Logo, início minha observação e rapidamente meu olhar corre pela sala. -Percebi que, naquele dia, havia quatro meninas e um menino, que já estavam deitando em seus colchonetes. Observo primeiramente os calçados que haviam colocado ao lado de cada colchão. As meninas tinham tênis e sandálias, todos na cor rosa ou lilás. O menino tinha um tênis preto e azul com um personagem super-herói. Neste dia estava frio e as crianças estavam se cobrindo. Na escola há cobertores individuais, nas cores: rosa, azul, verde e amarelo. Não sei como foi a escolha desses cobertores neste dia, se a auxiliar de educação escolheu os cobertores ou deixou que as crianças escolhessem. O fato é que todas as meninas estavam com os cobertores rosas e o menino com o cobertor azul. Neste momento, meu olhar já estava correndo pela sala. Então, me deparo com as mochilas, uma ao lado da outra, todas encostadas em uma parede e separadas por gênero. Eram quatro mochilas rosas com personagens de princesas, ou ursinhos e todas lilás ou rosa. No canto, uma mochila azul marinho, de super-herói (Caderno de Campo, 2019).

Nesta cena, quando se observa que: As meninas tinham tênis e sandálias na cor rosa ou lilás. O menino tinha um tênis preto e azul com um personagem super-herói. É comum ver no cotidiano escolar o que os estudos de gênero enunciam. Assim que as crianças nascem, já são “embaladas” nas cores rosa e azul. Identifica-se que as meninas possuem bolsas de princesas, personagens delicadas e cores que são consideradas femininas, como rosa e lilás. Já o menino possui uma bolsa preta e azul com personagem de super-heróis, ou seja, são estereótipos de gênero que remetem à força, violência, coragem, velocidade e heroísmo, discursos sociais e culturais que estão presentes na família, na sociedade e nas instituições escolares. As crianças já possuem todos os pertences de acordo com os estereótipos de gênero, ou seja, a família já as/os educam dessa maneira.

Quando se percebe que “todas as meninas estavam com os cobertores rosas e o menino com o cobertor azul”, compreende-se que a auxiliar de educação, escolhendo ou não os cobertores das crianças, corroborou para a manutenção destes estereótipos de gênero.

Enquanto professora-pesquisadora, já se presenciou crianças que chegavam a chorar quando não recebiam os cobertores das cores rosa ou azul. Isso vai além de um gosto pessoal, são os adultos que os ensinam e as crianças internalizam isso, reproduzindo e agindo de acordo com as normas de gênero que são estabelecidas desde que nascem. Quando a auxiliar de educação cobre as crianças com cobertores rosa e azul, talvez ela esteja atendendo os “desejos” das crianças, ou foi sua própria escolha? O fato é, esses estereótipos estão presentes na Educação Infantil e não são problematizados. São vistos como “natural”. Por isso é importante debater este assunto com a comunidade escolar e com a família.

Geralmente, professoras/es e os próprios funcionárias/os que trabalham nas escolas acabam cobrando das crianças e jovens condutas que condizem com cada gênero. Por vezes, as professoras e professores acabam se sentindo pressionada(os) tanto pela família quanto pelos outros profissionais, que acabam desejando que elas reforcem estes conceitos e uma orientação em conformidade com a heteronormatividade.



4. Abraçando a mudança através da autoatualização

Pesquisas demonstram que boa parte dos cursos de formação docente ainda não oferta disciplinas obrigatórias nas graduações sobre relações de gênero, sexualidade ou educação sexual. Em alguns casos, estes assuntos são debatidos apenas nas pós-graduações ou em formato de disciplinas optativas. Professoras e professores que atuam na educação básica, ainda devem buscar extracurricularmente cursos que envolvam as questões de gênero, dependendo dos esforços isolados dos/as docentes, ao invés de ser uma política de educação (FINCO *et al.*, 2015).

Para Bell Hooks (2017), as/os alunas/os têm liberdade de escolha, uma educação que cure seu espírito, querem conhecimento significativo. Para que isso ocorra, as professoras/es precisam abraçar o desafio de autoatualização. De acordo com ela, as/os professoras/es que abraçam esse desafio são mais capazes de criarem práticas pedagógicas que envolvem alunos e alunas, proporcionando, assim, maneiras de saber que aumentam suas capacidades de viverem “profunda e plenamente” (HOOKS, 2017, p. 36) e isso incluir as livres expressões de gênero e sexualidade. A proposta é trabalhar de tal forma que o sistema de dominação não seja cotidianamente reforçado, dando às crianças liberdade de escolha.

Os professores progressistas que trabalham para transformar o currículo de tal modo que ele não reforce os sistemas de dominação nem reflita mais nenhuma parcialidade são, em geral os indivíduos mais dispostos a correr os riscos acarretados pela pedagogia engajada e a fazer de sua prática de ensino um foco de resistência. (HOOKS, 2017, p. 36).

Apesar de todas as cenas e discursos heteronormativos ainda presentes na Educação Infantil, constata-se com essa pesquisa que as professoras que abraçaram a autoatualização, indo em busca de pós-graduações, formações continuadas, congressos, seminários, etc., buscando refletir e mudar suas perspectivas pedagógicas.

A professora Rosa (entrevistada em 2020) contextualizou sua prática pedagógica e sua evolução profissional, que aconteceram gradualmente de acordo com sua transformação pessoal, a partir de questões sociais e humanitárias. Ela compreende que, na Educação Infantil, inicia-se o processo de desigualdade entre os gêneros, enfatizando tanto as desigualdades de direitos como o combate ao preconceito de raça/etnia. Entretanto, no início da sua carreira, nos anos 1980, ela tinha uma prática pedagógica que seguia rigorosamente os estereótipos de gênero e separava tanto as filas como as atividades por gênero. Foi a partir dos temas transversais que ela começou a problematizar essas questões e se iniciou o seu processo de desconstrução. Foi através de seus valores pessoais que ela



começou a ter práticas pedagógicas mais progressistas, levando essas questões de gênero e raça para as rodas de conversas, nas brincadeiras e jogos. Ela salienta que a questão de gênero ainda é um tabu na sociedade.

Na entrevista da professora Dália (entrevistada em 2020), ela também relata que estuda as questões de gênero há tempos, evidenciando que a desconstrução dos estereótipos de gênero também é pessoal e que não trabalha isso apenas na escola e sim em suas atitudes cotidianas. Confessa que, às vezes, acaba caindo nas armadilhas binárias, pois compreende que as pessoas são educadas/os assim e acabam reproduzindo-as. Isso leva tempo e dedicação para se desconstruir.

A professora Jasmim (entrevistada em 2020) fez um curso sobre gênero na rede municipal de Sorocaba, que foi oferecido por um supervisor de educação com mestrado em Educação e que trabalhou em sua dissertação com as questões de gênero. Na pós-graduação em Educação Infantil que Jasmim realizou, ela teve contato com o livro da autora Fernanda Roveri (2012), que a fez refletir também acerca destas concepções binárias de gênero. Ela viu tanto a questão da *Barbie* como um padrão de beleza quanto a questão da docilidade nas meninas e agressividade nos meninos e o quanto os brinquedos influenciam nesse processo. Essas questões a levaram a repensar a infância, onde as meninas podiam brincar somente com bonecas e os meninos com videogame.

Hoje em dia, em sala de aula, a professora dialoga com as crianças em rodas de conversa acerca das questões de gênero, além de utilizar a literatura e os brinquedos como meio de quebra de estereótipos de gênero. A sua turma tem liberdade de escolha e os meninos podem brincar de casinha, as meninas de bola, etc. Ela também afirma que, às vezes, pede para as crianças escolherem os mesmos brinquedos que servirão para ambos gêneros.

Já a professora Hortência (entrevistada em 2020) ainda fica insegura ao falar de gênero. Para ela, gênero é o sexo biológico feminino ou masculino e/ou macho e fêmea. Porém, ela compreende que não se deve separar meninos e meninas por gênero, talvez sem saber exatamente o porquê. Ela compreende também que os estudos de gênero visam combater a homofobia, entre outros, mas acha que isso não é necessário ser trabalhado na Educação Infantil. Nota-se que ela não compreende o binarismo de gênero e os malefícios que causam desde a pequena infância. Ela até cita que não saberia como conversar sobre preconceito com as crianças, que teria que estudar. Hortência também confunde gênero com sexualidade e confessa não saber como trabalhar a temática na Educação Infantil.



Sendo assim, compreende-se que a mudança de concepção pedagógica se constrói a partir da autoatualização. Nem todas as professoras entrevistadas participaram do curso sobre gênero oferecido pelo supervisor de educação, mas todas que foram em busca de atualização através de seminários, congressos, leituras, rodas de conversas, troca de experiências, etc. estão se desconstruindo e desconstruindo suas práticas pedagógicas.

Sabe-se também que é de extrema importância ouvir as crianças para recriar as questões de gênero. É urgente desconstruir a dualidade feminino e masculino que constrói desigualdades e é necessário combater também esse conservadorismo que diz o que é designado para cada sexo biológico. Lins, Machado e Escoura (2016) frisam que combater as hierarquias de gênero não significa apagar as diferenças, pois isso não anula as diferenças entre elas, mas garantem que, ao não combatê-las, relações de poder, violências e injustiças continuarão a ser estabelecidas.

5. Considerações Finais

Ao buscar compreender se e quando o gênero e a heteronormatividade interferem na atuação de professoras, auxiliares de educação, gestoras/es e funcionárias/os que trabalham na Educação Infantil, este artigo partiu da premissa teórica de que gênero é construído historicamente, social e culturalmente e possui implicações subjetivas e reais nas vivências dos sujeitos.

Constata-se, então, que a escola tanto constrói como reproduz os vales sociais e reproduz hierarquias entre sujeitas/os através de seus códigos e práticas educativas, assim como enunciado por Amanaiara Miranda (2014). Desde pequenas, as crianças já se deparam com as normas de gênero na Educação Infantil, do berçário à pré-escola. Algumas famílias interferiram nas práticas pedagógicas das professoras, delimitando o que é permitido ou não para as crianças em função do gênero.

Compreendeu-se que professoras/es, auxiliares de educação, orientadoras/es pedagógicas e demais funcionárias/os que estão nas instituições de Educação Infantil estão reproduzindo em suas práticas pedagógicas e/ou em seus discursos, o binarismo de gênero, os conceitos heteronormativos e controlando os corpos infantis, determinando o que é permitido e proibido a meninos e meninas em função do sexo biológico.

Percebeu-se que as professoras, auxiliares de educação, equipe gestora e demais funcionárias/os se baseiam na biologia e no que foi aprendido historicamente e culturalmente ao referirem-se ao gênero e à heteronormatividade. Observou-se que adultos inscrevem nas



crianças um determinado gênero e elas são condicionadas desde bem pequenas a agirem de acordo com as heteronormas, assim como enunciado por Freitas, Couto Junior e Carvalho (2018). As crianças são julgadas e corrigidas quando escapam dos estereótipos de gênero e da heteronormatividade.

Por outro lado, algumas mudanças e avanços foram presenciados no decorrer da pesquisa viu-se que as professoras que abraçaram a mudança de suas práticas pedagógicas foram em busca de autoatualizações em pós-graduações, seminários, congressos, participando de conversas, lendo, trocando experiências, etc. A partir disso, iniciaram o processo de desconstrução pessoal e, conseqüentemente, a mudança de práticas pedagógicas, que até então eram binárias.

Diante do exposto, ressalta-se o quanto é importante problematizar as questões de gênero na escola desde a Educação Infantil, pois as crianças experimentam uma socialização que naturaliza concepções de ser homem e ser mulher. Constata-se a importância também da atualização das professoras, auxiliares de educação e equipe atuante na Educação Infantil para que suas práticas pedagógicas e discursos cotidianos sejam transformadas/os com o intuito de acolher as “diferentes configurações familiares e partilhar a construção de práticas que possibilitem às crianças viverem suas infâncias livres de preconceitos e desigualdades de gênero” (GIBIM; MÜLLER, 2018, p. 89).

Busca-se contribuir para que pensemos sob os discursos de gênero e sexualidade que estão permeando as práticas educativas na Educação Infantil. É importante termos um olhar crítico, com um posicionamento político pedagógico para esse desafio que é não reproduzir tantos os estereótipos, quanto os preconceitos desde a Educação Infantil (ARRUDA, FINCO, 2022).

Conclui-se que não é possível considerar uma prática docente para a liberdade desconhecendo as opressões de gênero, raça/etnia e classe social. Educar para as diferenças é um processo político urgente. Ensinar as crianças que as pessoas são diferentes, mas que não é a diferença que exclui, torna-se necessário, assim como ensinar o respeito à diversidade desde a pequena infância. Ao não refletir sobre estas questões, não se romperá com essas opressões.

Referências

ALMEIDA, Cássia Cristiane Lopes de. Cenas e discursos heteronormativos e de gênero na educação infantil. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – **Universidade Federal de São Carlos**, Sorocaba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13773>.



ARRUDA, Júlio César de; FINCO, Daniela. Anais do VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade... Campina Grande: **Realize Editora**, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/87816>>. Acesso em: 08/09/2023 17:27

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, mai./ago. 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 18 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, [2010]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 mai. 2020.

FERNANDES, Noeli Aparecida; FINCO, Daniela. Diálogos Necessários de Gênero : Olhares e Culturas que se Entrecruzam na Educação Infantil. **Revista Interações**, v. 18, n. 61, p. 233–257, 2022.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 3, set./dez. 2003.

FINCO, Daniela; GOBBI, Márcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia G. de (org.). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas: Edições Leitura Crítica; ALB; São Paulo: FCC, 2015.

FINCO, Daniela. Questões de gênero na educação da pequena infância brasileira. **Studi Sulla Formazione - Open Journal of Education**, v. 18, n. 1, p. 47–57, 2015.

FREITAS, Paula Rios de; COUTO JÚNIOR, Dilton Ribeiro; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de. Quando as (hetero)normas estremeçam o cotidiano da Educação Infantil: conversas com professoras sobre as marcas de gênero expressas nas interações com crianças. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 246-263, jan./jun. 2018.

FROIS, Érica Silva. A construção da expressão de gênero na infância: do gesto à palavra. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei , v. 15, n. 2, p. 1-15, jun. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 set. 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.



JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.101-132, 1995.

MENGA, Lüdke; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Alfonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2017.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana. **Gênero/sexo/sexualidade**: representações e práticas elaboradas por professoras/es da educação infantil na rede municipal de ensino em Salvador. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Gênero) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

PEREIRA, Angelica Silvana; OLIVEIRA, Ericka Marcelle Barbosa. Brincadeiras de meninos e meninas, cenas de gênero na educação infantil. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 273-288, jan./abr. 2016.

ROVERI, Fernanda Theodoro. **Barbie na educação de meninas**: do rosa ao choque. São Paulo: Annablume, 2012.

Roveri, Fernanda. (2019). Gênero e diversidades na infância: desafios para a formação docente face ao retrocesso curricular. **Laplage em Revista**. 4. 115. 10.24115/S2446-622020184especial589p.115-121.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

Silva, Peterson; Silva, Tassio; Finco, Daniela. (2020). Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil: contribuições para um estado da arte*. **Cadernos Pagu**. 10.1590/18094449202000580015.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na educação infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, jul./dez. 2009.

VIÉGAS, Lygia de Souza; GOLDSTEIN, Thais Seltzer. Escola sem partido, sem juízo e sem bom senso: judicializando e medicalizando a educação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 14, n. 1, p. 1-20, jan.-jun. 2017.

Recebido em: 25/07/2023

Aceito em: 15/01/2024